

# O PT NA LUTA POR UMA ALTERNATIVA PARA O BRASIL

## I- Introdução

Inúmeros motivos justificam que o Partido dos Trabalhadores repense a sua visão e as suas propostas para a transformação da sociedade brasileira. Nos últimos anos vêm ocorrendo no mundo mudanças de significado histórico. O capitalismo se reorganiza e o "modelo" de socialismo construído no Leste europeu, na União Soviética e em outros países passa por uma profunda desagregação. Desarticulou-se a ordem mundial resultante da Segunda Guerra, indicando que, só por isso, vivemos o fim de uma época e o início de outra. Em meio a acontecimentos de alcance tão amplo, e relacionadas estreitamente com eles, a crise no Brasil se agrava e as condições da luta pela emancipação do povo brasileiro se modificam. Todos os sujeitos históricos deparam-se com o imperativo de terem que se redefinir. O PT, que já nasceu insurgindo-se contra o "modelo" tradicional de partido representado pelos PCs, também não pode ficar imune à renovação. Do I Congresso se deve esperar que capacite o partido a promover na sociedade um amplo movimento de formulação e de luta por uma alternativa de esquerda para o Brasil.

## II- Uma nova época no Mundo

1- No Leste europeu e na URSS ruiu um "modelo" de sociedade, a sociedade do socialismo burocrático e despótico. Com este desestruturou-se o bloco de poder que, sob a tutela da União Soviética, sustentava o equilíbrio de forças com o bloco ocidental chefiado pelos Estados Unidos. Termina a Guerra Fria, que condicionou toda a política mundial nos últimos quarenta anos. Cria-se uma situação inédita cuja natureza, ainda indefinida, motiva esperanças e temores.

2- A lógica dos dois blocos imperiais era a lógica da confrontação, no âmbito internacional e internamente a cada país; lógica dos sistemas políticos condicionados pela contraposição global capitalismo x comunismo e seu peso decisivo na criação de um mundo desprovido de alternativas realmente emancipadoras que fossem viáveis. No Ocidente, em nome do combate à "ameaça comunista", construíram-se alianças militares e grandes aparatos de força e se adotou a estratégia da contra-insurgência, tão bem tipificada pelas guerras de agressão e pelas ditaduras militares latino-americanas; em torno da União Soviética, coerentemente com o projeto de "transição" para uma sociedade absoluta - um "reino da liberdade" supostamente determinado pelas "leis" da história - sustentou-se a ditadura do proletariado - tirania do partido único numa sociedade altamente estatizada - criou-se o Pacto de Varsóvia e se lançaram tanques contra os "povos irmãos" que tentavam autodeterminar-se.

3- Dentro desses limites, as possibilidades de formulação de uma nova concepção de socialismo com base na experiência dos próprios países socialistas

ficavam dificultadas por um sistema de opressão em que uma simples divergência era motivo para expurgos e até mesmo para eliminações físicas. E externamente, sob o poder de atração do "campo socialista", as revoluções de libertação nacional, uma vez vitoriosas, acabaram neutralizadas em seu potencial emancipador, tanto em relação ao caráter das transformações que implementaram internamente como ao papel que passaram a desempenhar nas relações internacionais. A China, que pretendeu constituir-se em pólo alternativo, reproduziu a tirania burocrática, que ergueu, enquanto ator menor, à condição de diretriz programática de política externa. Sob o peso da visão totalitária consubstanciada no "ideal comunista", obscureceram-se as mentes de gerações e gerações de revolucionários, incapazes de antecipar-se na percepção da tragédia e buscar alternativas, com raras e frustradas exceções. Do outro lado, a social-democracia, se teve o mérito de rechaçar o totalitarismo, o fez rebaixando seu programa à mera reforma do capitalismo e se submetendo às regras do jogo estabelecidas pelo bloco ocidental.

4- O desbloqueio da situação mundial que agora se inicia abre perspectivas novas para demandas fundamentais. Para a exigência de que questões como miséria do Terceiro Mundo, defesa do meio-ambiente e acesso dos países pobres às conquistas tecnológicas sejam atacadas seriamente; para a luta pelo desarmamento e contra os complexos industriais-militares; para a aspiração a que, tanto no Ocidente como no Leste, se aprofunde a democracia; para os propósitos de construção de uma ordem internacional democrática, baseada no direito à igualdade entre os países e governada por instituições democratizadas; enfim, para o desejo de que se inicie entre os povos um período mais fecundo de conquista de direitos, paz e cooperação. No que diz respeito à esquerda, a falência do socialismo totalitário indica que se criam condições favoráveis à constituição de uma alternativa tanto ao comunismo como à social-democracia, alternativa socialista e radicalmente transformadora.

5- Mas os riscos são também evidentes. No ex-campo socialista, o incipiente processo de democratização vem acompanhado pela emergência de antigas correntes obscurantistas - como nacionalismo e fanatismo religioso - que ressurgem revigoradas do longo período de hibernação a que foram submetidas pelas tiranias burocráticas. O fracasso possível da perestroika e da glasnost, que provavelmente resultaria na desagregação da União Soviética, paira como uma ameaça de consequência inimagináveis. E, no vazio de poder deixado pelo debilitamento da URSS, revigora-se o hegemonismo dos Estados Unidos, com ânimo ainda mais renovado pela vitória sobre o militarismo expansionista de Saddam Hussein. A "nova ordem mundial" de que fala Bush nada mais é do que a pretensão de um mundo só sob o tacão de um único império. Derrotar este propósito é a tarefa política fundamental das forças democráticas de todo o mundo.

6- São nuvens sombrias, mas incertas. Os Estados Unidos, por exemplo, já não associam mais à sua condição de primeira potência militar do Globo a mesma vantagem no plano econômico em face de parceiros como Alemanha e Japão. Perdem influência na Europa e enfrentam uma competição econômica e política cada vez mais difícil com a Comunidade Européia e com o bloco asiático em formação, além, naturalmente, da disputa com a URSS no plano político. Os seus indicadores econômicos, principalmente o déficit público - que os empreendimentos militares contribuem para agravar - revelam a existência de problemas que, associados ao novo balanço das forças internacionais, tornam pouco verossímil um mundo sob o seu domínio absoluto. Ao contrário, o mais provável é que o quadro mundial, no período histórico que se inicia com o fim da Guerra Fria, se caracterizará pela multipolaridade das forças internacionais.

7- Na raiz da nova situação estão também as profundas mudanças estruturais pelas quais vem passando o capitalismo, precipitadas pela revolução tecnológica. Nos países centrais, por exemplo, a velha indústria fordista vem dando lugar a novos processos e formas de organização da produção. Implementa-se a chamada "acumulação flexível" - a "flexibilidade" das máquinas induzida pela revolução tecnológica é acompanhada pela "flexibilização" do contrato de trabalho, das relações entre os vários setores de uma mesma empresa e entre esta e seus fornecedores e clientes. São mudanças que vêm resultando na elevação da produtividade, na diversificação dos tipos de produtos e na transformação estrutural da força de trabalho, consubstanciada principalmente na diminuição absoluta do proletariado industrial e na chamada terciarização. Inspiradas pela ideologia neoliberal, tais mudanças enfatizam a redefinição do papel do Estado, a integração internacional e a supressão das conquistas dos trabalhadores. Uma nova divisão do mundo se gesta: cria-se um verdadeiro mercado mundial, com base em grandes unidades políticas supra-nacionais - também grandes mercados - que se formam a partir dos países capitalistas centrais, por sobre a instituição do Estado-nação. Fortalecem-se não só a tendência à multipolaridade: na esteira da integração e da informação instantaneizada - perante as quais o nacionalismo ressurgente no Leste evidencia todo o seu arcaísmo - se afirma também uma tendência à redefinição das demandas, igualmente mundializadas, postas para os diferentes sujeitos históricos.

8- Aparentemente, seria a vitória final do capitalismo. Contudo, os velhos problemas da humanidade continuam irresolvidos. Para os socialistas, isto diz tudo sobre a tragédia, mas também sobre os grandes desafios deste final de século. Não é só a fome do Terceiro Mundo, e agora, por cima, do Segundo. É, ainda, a nova presença da pobreza no próprio Primeiro Mundo, configurada no imigrante originário do Sul ou do Leste - vítima do "emprego sujo" e do racismo - no desempregado cada vez mais desprotegido pelo ataque neoliberal às conquistas do Estado do Bem Estar ou nas vítimas do alto custo social da unificação alemã. Ou os problemas da alienação, da burocratização da vida e da falta de sentido para a existência, que as novas tecnologias, usadas à maneira capitalista, perdem a condição de enfrentar e até agravam. O mercado livre propugnado pelos neoliberais revela-se, cada vez mais, como o caminho da barbárie, do egoísmo extremo, avesso a toda sensibilidade social e humana. A perspectiva de um

futuro de liberdade reside na esperança de concretização da melhor possibilidade, agora paradoxalmente renovada: a vitória dos valores de um socialismo democrático e humanístico sobre os valores do capitalismo.

9- Mais uma nota de gravidade é dada pela simultânea redefinição dos "mundos". Às ostentações de riqueza e de poder do Primeiro Mundo correspondem a crise do Segundo e a degradação ainda maior do Terceiro. Torna-se real a possibilidade de que logo venham a se configurar, de fato, dois grandes "mundos": um ainda mais rico e outro ainda mais pobre, distribuindo-se os países do atual Segundo Mundo em um ou outro lado. Até mesmo o projeto neocolonialista concebido pelo Primeiro Mundo de transformar o Terceiro em receptor da velha indústria fordista em processo de desativação vem sendo comprometido pela inversão dos fluxos de capitais. Em vez da direção Norte-Sul, estes passam a mover-se na direção Sul-Norte, transformando os países pobres em financiadores da modernização dos ricos. O fenômeno do endividamento externo e a lógica descapitalizante determinada pelas políticas de "pagamento das dívidas" são os mecanismos mais empregados para a efetivação dessa sangria. Uma política espoliativa que inclui a sonegação aos países periféricos do acesso às conquistas tecnológicas indispensáveis à superação dos seus carecimentos sociais e da dependência. O que determina que, na concorrência com os países centrais em processo acelerado de modernização, os países do Terceiro Mundo se coloquem numa situação cada dia mais desvantajosa, tanto mais que as chamadas "vantagens comparativas" de que desfrutavam - mão de obra e matérias primas baratas - estão sendo rapidamente destruídas pela "vantagem" das novas tecnologias. O resultado é este arrastar-se interminável até mesmo de países relativamente desenvolvidos - como Argentina e Brasil - por um grave e já longo período de retrocesso, que ameaça levá-los a estágios ainda mais degradados de civilização.(1)

### III- Crise e Decadência da Sociedade

10- País do Terceiro Mundo, o Brasil, na ótica das elites dos países centrais, está destinado a um lugar bem delimitado no mundo do pós-Guerra Fria: um lugar subalterno no bloco hemisférico concebido para ser liderado pelos Estados Unidos. É como se estivéssemos condenados a ter nosso futuro decidido unilateralmente pelas vontades e pelos movimentos em curso nos países desenvolvidos. Passivos em relação aos problemas mundiais e aos nossos próprios problemas, só nos restaria continuar capitalistas periféricos.

11- Contudo, o mundo que se gesta só será um mundo melhor se as condições para a multipolaridade que ele encerra forem transformadas numa efetiva multiplicação dos sujeitos atuantes na cena internacional. Se é verdade que a lógica dos dois blocos está rompida, isto significa que se tornaram mais amplas as possibilidades para a afirmação de atores novos e democráticos, impedindo que a necessária integração entre os países se constitua na mera reafirmação de propósitos imperiais.

12- Num quadro de demandas planetarizadas, não há como atacar nossos problemas sem uma visão do

mundo e uma intervenção correspondente, sustentada por um projeto para o país. Faz-se necessária, portanto, uma contraposição à postura das "nossas" elites em face dos problemas internacionais. Uma postura que resulta da ausência de projetos nacionais, combinada com submissão às vontades externas e conservadorismo em relação às estruturas anti-humanas de nossa sociedade. Atualmente, esta atitude significa adesão automática ao projeto de uma ordem mundial tutelada pelas grandes potências e, dentro dela, de um Brasil subordinado e ainda mais espoliado. É isto o que está implícito no programa neoliberal, assumido pelo governo Collor, centrado em três itens: privatização, Estado mínimo e integração externa submissa.

13- As correspondentes internas das estruturas internacionais anti-humanas estão configuradas em um capitalismo dependente, oligopolista, autoritário e marginalizador da grande maioria da sociedade. A herança de um passado colonial e escravista recente se superpôs, num passado recentíssimo, a herança de vinte anos de ditadura militar, para legar às atuais gerações um país marcado por imensas desigualdades sociais, pelo autoritarismo e pela desesperança. O futuro que a elite brasileira busca realizar não é muito diferente daquilo que já somos.

14- Desse modo, no Brasil, o problema central ainda é o da ausência de cidadania. Uma grande parte do povo não dispõe de quaisquer direitos, e a outra parte só os conquistou muito precariamente. São milhões os que estão fora de todas as instituições - da propriedade, do mercado, do Estado, da sociedade civil - privados de tudo, para os quais os direitos simplesmente não existem. Outros tantos milhões, aqueles que dispõem de uma pequena propriedade, de um emprego, de um sindicato, de algum direito perante o Estado, vivem em situação não muito diferente: são penalizados pela ausência de apoio estatal, pelo arrocho salarial, pela exposição à precariedade dos serviços públicos, pela hostilidade de instituições opressivas etc, etc.

15- O Estado brasileiro é um Estado do e para os oligopólios capitalistas, não importa a procedência. Portanto, um Estado a serviço da negação da cidadania para a grande maioria. É tradição: o capitalismo no Brasil nasceu e se desenvolveu sob a promoção do Estado. Por isso é que se pode caracterizá-lo como um capitalismo oligopolista-corporativo-autoritário, além de dependente.

16- Assim nos "localizamos" no Terceiro Mundo, subprodutos de duas realidades que se complementam e se casam: a realidade da dependência externa aos países centrais e a realidade das "nossas" próprias estruturas oligárquicas. O arrocho salarial não seria o que é não fosse existir, do outro lado, uma grande massa de desempregados estruturais a pressionarem o mercado de trabalho; os "descamisados" não existiriam nas proporções que os temos não fosse haver, do outro lado, a canalização dos benefícios públicos para restritos interesses privados; a transferência da indústria fordista já superada no Primeiro Mundo para cá não teria se efetivado tão amplamente não fosse a competitividade externa que lhe conferem as benesses do Estado e o arrocho salarial etc.

17- Superar esta situação é a grande tarefa democrática e socializante da esquerda brasileira. Soaria absurda qualquer pretensão de implementar a de-

mocracia e um socialismo não-burocrático numa sociedade como esta sem enfrentar centralmente o problema da exclusão e da semi-exclusão da maioria. Em meio a tantos carecimentos, torna-se, no mínimo, muito difícil a tarefa de consolidar na cultura nacional uma verdadeira consciência democrática. O indivíduo marginalizado e massacrado cotidianamente pela injustiça, a prepotência e a humilhação não tem muito como acreditar nele mesmo, ou na eficácia da ação coletiva de iguais a ele, ou na possibilidade de que a vida social possa ser organizada de uma maneira mais humana. Normalmente outras alternativas lhe parecem muito mais razoáveis: as atividades econômicas extra-legais, o apoio aos políticos em troca de migalhas ou a adesão irracional a um "salvador" são as mais comuns. Ora, é sobre esta base que se selam os processos de hegemonia e de legitimação política da elite brasileira. As culturas do autoritarismo, da cooptação, do fisiologismo, do preconceito, da discriminação, do fatalismo, da submissão, da manipulação, do ceticismo, da não participação, têm aqui uma ampla base social para se reproduzirem e se expandirem. Algumas consequências são notórias: a fragilização contínua da sociedade civil e uma tendência estrutural da burocracia estatal a se hipertrofiar e se impor como poder absoluto sobre a sociedade. Os meios de comunicação de massa, concentrados nas mãos de uns poucos e fora de qualquer controle social, a cumprirem um papel decisivo na massificação cultural e na articulação do próprio poder de Estado.

18- Há ainda o agravante de que este capitalismo concreto passa por uma grave crise. Começa que a atual conjuntura mundial lhe é muito adversa. Na fase de transição para novas formas de organização capitalista que está em curso, as inversões de capitais são concentradas no próprio Primeiro Mundo, na reestruturação industrial e na formação dos mercados, principalmente. O Terceiro Mundo é não só menos atraente como de "alto risco". A crise do endividamento externo que o atinge, particularmente aos países da América Latina e destacadamente ao Brasil, esgotou as possibilidades de transferência de capitais via empréstimos, afugentou os chamados capitais de risco e, mais grave, submeteu as economias dos países devedores a obrigações junto aos credores que representam um altíssimo custo financeiro. Foi todo este processo que determinou a já referida inversão no sentido da migração dos capitais, que se deslocavam na direção Norte-Sul e agora se movem na direção Sul-Norte, transformando os pobres em financiadores dos ricos.(2)

19- Trata-se portanto de uma crise estrutural do capitalismo oligopolista-corporativo-dependente-autoritário. Este foi atingido, no plano econômico, pela queda da taxa de investimento, tanto por força do refluxo das inversões estrangeiras diretas, como, principalmente, por conta da falência do Estado, promotor histórico do nosso desenvolvimento capitalista e hoje devedor inadimplente. Os acordos de pagamento da dívida externa segundo as condições impostas pelos credores, em vez de reduzirem o montante devido, têm-no aumentado, provocando, além disso, a expansão da dívida interna. O resultado é que, sendo ambas basicamente dívidas estatais, o Estado entrou em colapso e, com ele, toda a economia, com efeitos deteriorizadores sobre o conjunto das relações sociais. Tendências poderosas a recessão e à inflação passaram a ser os traços carac-

terísticos da situação. Nas condições de uma economia cartelizada e bastante estatizada e de um Estado aprisionado pelo corporativismo e por uma política conservadora que se sustenta no autoritarismo e no fisiologismo, não se poderia esperar resultado diferente em face de uma tamanha desarticulação com a economia mundial.

20- Diante disso, as políticas anti-crise produzidas por governos conservadores, além de ineficazes, têm se associado à própria inflação nas transferências de renda da classe média e dos pobres para os mais ricos. O resultado tem sido a expansão da miséria, na esteira inclusive do sucateamento dos serviços públicos, e a disseminação contínua de relações sociais barbarizadas, estimuladas também pela crise moral do Estado e da política dominante.

#### IV- A concepção de socialismo do PT

21- A contribuição do Partido dos Trabalhadores para a criação de uma alternativa de esquerda para o país se sustentará no entendimento de que se impõe a realização de um conjunto amplo de reformas radicais da sociedade brasileira. A unificação dos partidos da mudança e de outras instituições civis com base em um tal programa deverá se traduzir numa ação política da sociedade - ação independente que incida sobre o Estado, mas que se dê também a partir do Estado - capaz de promover um processo efetivo de democratização e socialização. Esta relação da alternativa nacional com um projeto de futuro de caráter socialista impõe-nos a necessidade de, antes de especificar uma visão petista sobre um programa de ação política transformador, nos referirmos a alguns contornos da concepção petista de socialismo. Mesmo porque é sob a ótica inspiradora desta concepção que o PT vê o Brasil e o mundo de hoje, os critica e pensa e hierarquiza soluções.

22- O PT já nasceu vocacionado para a negação do capitalismo e para uma clara afirmação socialista, e assim continuou, através dos seus onze anos de existência. Primeiro, pelo seu compromisso prático e teórico com a liberdade, expresso já em suas primeiras resoluções e no combate à ditadura e pela democratização da sociedade brasileira; toda a sua trajetória foi marcada pelo engajamento na luta para transformar as nossas instituições e elevar o povo à condição de construtor do seu próprio destino. Segundo, pelo seu compromisso com o combate à exploração e aos privilégios e com a democratização da propriedade e da renda. Terceiro, pelo seu compromisso de solidariedade ativa aos movimentos revolucionários de outros países e aos povos que lutavam ou lutam pela autodeterminação. Agora se impõe ao PT a exigência de ir além e desenvolver a sua concepção de socialismo, tarefa, aliás, já iniciada pelo 7º Encontro.

23- Através da luta pelo socialismo, que materializa os valores universais herdados da revolução burguesa e os valores constituídos nas lutas do próprio movimento socialista - destacadamente os valores da liberdade, igualdade e solidariedade - os seres humanos buscam superar esta sociedade injusta e se elevar a um padrão superior de civilização. É a via que vem sendo buscada em mais de um século de lutas dos revolucionários, que vive um momento

promissor de auto-crítica e renovação e que é para o PT a sua própria razão de existir.

24- O PT proclamou, em seu 7º Encontro, que "na raiz do nosso projeto partidário está a ambição de fazer do Brasil uma democracia digna desse nome". Porque "para nós a democracia é a um só tempo meio e fim, instrumento de transformação e meta a ser alcançada". Assim, na concepção de socialismo do PT, o socialismo, além de ser inseparável de democracia, é aprofundamento da democracia. Pois é autogoverno da sociedade, a capacidade desta para, através da auto-organização, resolver seus problemas e projetar e construir seu futuro. É pois, por definição, a negação de qualquer tipo de ditadura, que aliena a sociedade e concentra o seu governo nas mãos de um indivíduo, de um grupo, de um partido ou de uma camada burocrática. Por isso mesmo o PT assume uma posição crítica radical à concepção de socialismo aplicada nos países do chamado socialismo real. Aliás, ainda que, na relação com estes países, o PT tenha adotado posições cordiais - por exemplo, com a ex-Alemanha Oriental, com a China, com a União Soviética e principalmente com Cuba - e abrigue no seu interior correntes que expressam uma herança da tradição ortodoxa, apoiou de forma clara o Solidariedade polonês - mesmo não se identificando com muitas das posições ideológicas que ele expressava - e não vacilou na solidariedade aos estudantes chineses massacrados na Praça da Paz Celestial.

25- O PT se recusa a pensar o futuro da sociedade de acordo com qualquer pretensão absolutista. Na sua concepção de socialismo não há lugar para a idéia de uma sociedade supostamente perfeita, sem problemas, sem diversidade de interesses e de visões sobre o futuro - porque homogeneizada nas aspirações e na maneira de pensar - sem conflitos, sem divisão do trabalho, sem religião, sem Estado, sociedade de abundância, de seres humanos completamente livres etc. Esta idéia de uma sociedade absoluta, que toma o comunismo como fim e o socialismo como "período de transição", só adquire coerência quando articulada com meios absolutistas, no caso, a "ditadura do proletariado", que não tem como se concretizar a não ser enquanto domínio da burocracia e ditadura do partido único. O socialismo, para ser humanístico e democrático, terá que ser uma sociedade na qual governem e se realizem os seres humanos reais - com suas paixões, seus desejos, suas grandezas e seus defeitos - e não o mítico "homem novo" comunista, irreal "ser humano perfeito", que não é outra coisa senão uma negação do ser humano. Assim, para o PT o socialismo é um objetivo, não um meio para um pretense "reino da liberdade". O que virá depois dele, será tarefa para as gerações de então projetarem e, na luta, tornarem realidade. Terá que ser também uma sociedade na qual o conflito, tomado como um valor, será a base sobre a qual os agentes coletivos e individuais buscarão saídas afirmativas para os problemas através do estabelecimento de consensos sucessivos e continuamente renovados.

26- Coerente com esta visão humanística, democrática e plural, o socialismo que o PT assume demarca com a concepção que identifica socialismo com igualitarismo coletivista. Não há lugar para a democracia onde não se reconhece a diversidade. A resolução do 7º Encontro é inequívoca quando diz: "A nova sociedade que lutamos para construir, assegurando a igualdade fundamental entre os cidadãos,

não será menos ciosa do direito à diferença, seja esta política, cultural, comportamental etc." Está presente aí a idéia de "uma democracia integradora e universalista." É pela adesão ao direito à diferença como um valor que, entre outras expressões da pluralidade, se pode assumir com radicalidade a libertação da mulher, a liberdade religiosa, a superação do racismo, o fim da opressão e dos preconceitos contra os homossexuais, a livre manifestação das singularidades individuais etc, e concebê-los como conquistas essenciais à fundação da nova sociedade, na qual se torne real uma convivência harmônica entre os indivíduos.

27- O PT rechaça a noção segundo a qual o pluralismo não passa de uma circunstância que se tolera, até o dia em que, suprimidas as classes sociais, supostamente, se estabeleçam as bases da homogeneidade de pensamento. Não, o PT entende que a diversidade de desejos e de idéias é inerente à condição humana, razão pela qual a pretensão de suprimi-la não passa de um projeto de violentação da humanidade. Lutamos por uma sociedade efetivamente plural, mais um motivo para sermos anticapitalistas, pois o capitalismo, ao oprimir e alienar os indivíduos e restringir as liberdades, só admite de fato uma meia pluralidade. Mas motivo também para rechaçarmos a chamada "pluralidade para os partidos operários" - ou, seja, "para quem pensa como nós" - que, historicamente, só pôde se concretizar como expressão transitória da chamada ditadura do proletariado.

28- A concepção democrática de socialismo do PT se fundamenta, ainda, na idéia de que o socialismo é um projeto humano possível, não um futuro inevitável, pois a história humana não é um roteiro pré-traçado que nos leva necessariamente a um futuro melhor. O socialismo poderá ser alcançado ou não, a depender das opções e das lutas que a maioria da sociedade venha a empreender. Os que se empenharem para conquistá-lo o farão apenas enquanto agirem como seres livres; seres que busquem, numa ação consciente, realizar a sua própria vontade, e não como escravos de uma suposta necessidade histórica concretizada em um "partido de vanguarda". Uma ação consciente no leito de um movimento de aprofundamento da democracia e empreendida por uma grande multiplicidade de sujeitos. Só desse modo poderão constituir-se uma variedade de vontades suficientemente articulada para conformar uma alta densidade de convencimento, uma riqueza cultural capaz de suplantam os valores do capitalismo e uma concepção de democracia avançada e sedimentada o bastante para tornar impensável qualquer retrocesso a estágios inferiores de civilização.

29- O Estado, nesta nova sociedade, deverá se constituir como uma democracia socialista. Um Estado com as seguintes características principais: institucionalizado de modo a combinar democracia representativa e formas de democracia direta e a se constituir como instância da ação política dos indivíduos e do conjunto da sociedade; estruturado com base em um estado de direito democrático e socialista; transparente e permeável ao controle da sociedade; reduzido em sua dimensão estritamente burocrática e ampliado no terreno das atividades-fim de caráter social etc. Esta concepção de socialismo pressupõe, acima de tudo, uma sociedade civil autônoma, plural, altamente organizada, articulada

e ativa, capaz de exercer de fato a supremacia sobre o aparato estatal e controlá-lo.

30- Segundo esta visão, o próprio PT, para ser coerente com seus propósitos, terá que ser um partido democrático também nas suas relações internas, no seu funcionamento orgânico e no seu relacionamento com a sociedade civil. Porque, como poderia uma instituição reificada, alienante e castradora dos seus próprios integrantes contribuir para algum tipo de emancipação humana? Daí a razão para que, reconhecendo a sua originalidade nestes aspectos em relação a todos os partidos tradicionais, o PT se estruture de modo a contrabalançar as tendências oligarquizantes inerentes à busca da eficácia, se submeta a processos contínuos de negação das práticas reificantes, como a excessiva burocratização, e estabeleça uma relação permanente de grande abertura para a crítica da sociedade civil.

31- Uma concepção humanística de socialismo terá entre os seus elementos essenciais a negação do produtivismo. A idéia que associa emancipação humana com acúmulo de riquezas materiais é fonte inesgotável de exploração, opressão e alienação. Em nome desse "móvel", organizou-se toda a vida social tanto sob o capitalismo como sob o "socialismo real". Um socialismo de novo tipo terá que afirmar valores radicalmente distintos, pelos quais o trabalho produtivo seja tomado apenas como meio de satisfação das necessidades humanas. Será avesso a qualquer tipo de culto ao trabalho e, reduzindo até onde seja possível a esfera da indústria, necessariamente alienante, afirmará o valor do tempo livre. Na busca contínua da harmonia dos seres humanos entre si, terá ainda que afirmar permanentemente o valor da harmonia entre estes e a natureza, nessa medida definindo-se como essencialmente ecológico.

32- Em síntese, seu valor supremo será a liberdade, entendida como autogoverno dos indivíduos, no exercício de suas preferências e realização de suas múltiplas dimensões e faculdades, de modo a poderem viver os vários sentidos da vida a um só tempo: a vida para si e para os outros; para o trabalho e para o ócio; para a política e para a contemplação; para a arte e os prazeres do corpo; para os jogos e as festas - vida, enfim, para a possibilidade sempre aberta à criação de utopias.

33- A idéia de diversificar e combinar as formas de propriedade é outro traço característico da concepção de socialismo assumida pelo PT. Também aqui o pluralismo é necessário como requisito da democracia. Formas flexíveis e variadas, na linha sustentada por Alec Nove, alternativas à propriedade capitalista: a- Empresas estatais centralizadas, circunscritas às atividades que demandem unidades de grande porte e intimamente relacionadas entre si, ou que requeiram uma posição monopolista, e dentro das quais os vínculos tenham que ser verticais e não horizontais (por exemplo, geração e distribuição de energia elétrica, redes ferroviárias, siderúrgicas integradas, complexos petrolíferos e petroquímicos, telefonia, correios, transporte público); b- Empresas socializadas, de propriedade do Estado, mas com total autonomia e uma administração responsável perante a força de trabalho; c- Cooperativas; d- Empresas privadas em pequena escala (sujeitas a limites claros como, por exemplo, de crescimento, a partir dos quais passarão à categoria de empresas socializadas, garantida a indenização

do proprietário); e- atividades individuais autônomas não empresariais. Outro aspecto diz respeito à fiscalização da grande propriedade pela sociedade. Propriedade estatal, socializada ou cooperativada, a idéia é evitar que esteja submetida ao controle absoluto do sujeito que a gere, seja ele a burocracia estatal, o conjunto dos associados ou os respectivos trabalhadores. Esta fiscalização, através de formas institucionalizadas e da exigência de uma gestão transparente - combinada com a superação da propriedade capitalista, a introdução de formas coletivas e diversificadas de controle e gestão, a limitação das empresas privadas etc. - será mais um meio de se afirmar, como resultante, o caráter social da propriedade.

34- A regulação da economia na nova sociedade deverá se dar pela combinação de planejamento e mercado, viabilizada pela diversificação das formas de propriedade. Está claro que esta combinação é a única alternativa à burocratização que, por sua vez, foi condição necessária para o tipo de regulação que se concretizou no "socialismo real", isto é, através apenas do Plano. Assim, combinar planejamento e mercado será também um pressuposto básico para a democracia: primeiro, porque possibilitará uma contraposição ao totalitarismo do aparato burocrático também pela ação autônoma dos sujeitos econômicos; segundo, porque será garantia de respeito ao direito do consumidor a produtos de qualidade, impossível de ser assegurado quando a regulação se dá apenas por meio dos aparatos estatais; por último, será antídoto contra a ineficiência e o desperdício próprios da gestão burocratizada. O mercado socialista será, por definição, um mercado controlado por regras que o orientem socialmente, para não se transformar em fonte de exploração.

35- A concepção de socialismo do PT, por tudo que foi dito, é uma alternativa tanto à social-democracia como ao "socialismo real".

#### V- Idéias programáticas para uma alternativa nacional.

36- Do ponto de vista do PT, o programa de reformas da sociedade brasileira, a ser formulado pelos partidos da mudança em conjunto com a sociedade civil, deverá situar-se na perspectiva do projeto de futuro acima esboçado. Seu alvo deverá ser o ataque às raízes dos grandes problemas nacionais, na ótica da luta por uma nova sociedade. Coerente com a idéia de que a transformação social é obra para múltiplos sujeitos, o PT sistematiza algumas idéias para o debate com a sociedade civil.

37- Transformar o Brasil na profundidade que julgamos necessária será tarefa para um movimento social e político vigoroso e duradouro que tenha uma dimensão fundamental em políticas de governo. A complexidade da sociedade brasileira, a profundidade de seus problemas e o poder dos adversários da mudança são indicadores das dificuldades que teremos de enfrentar. O desafio é feito não só à determinação, à combatividade, à convicção, mas também à capacidade para produzir idéias alternativas e à competência para unir forças, debilitar os adversários, equacionar corretamente o ritmo e a sequência das iniciativas de acordo com uma

noção adequada do tempo, da correlação entre as forças e das prioridades, etc.

38- O PT já tem uma definição para o conteúdo geral das suas propostas programáticas. No seu 5º Encontro Nacional, ele as caracterizou como democrático-populares e as arrolou numa série de itens que, com lacunas e imprecisões, abordam questões-chaves e ainda atuais. Do que se trata agora é de aprofundar este caminho, procurando conferir ao programa maior racionalidade e abrangência.

39- No Brasil se superpõem duas grandes crises, que podemos denominar, para efeito de exposição, de crise conjuntural e crise estrutural. A crise conjuntural é aquela, de história mais recente, que se manifesta através da tendência à elevação das taxas de inflação e à queda das taxas de crescimento e de emprego. A crise estrutural, de passado remoto e agora agravada, é aquela que se expressa por meio da estagnação econômica devida à escassez de investimentos produtivos e à fuga de capitais para o exterior; da deterioração estrutural e funcional do Estado; dos impasses no processo de modernização, por conta de fatores como estagnação econômica, falta de investimento em ciência e tecnologia e perda de qualidade da Universidade e do ensino; da crise organizacional associada ao poder do corporativismo; do alto índice de pobreza absoluta, da expansão da violência no relacionamento entre as pessoas, das altas taxas de analfabetismo, da fragilidade das instituições democráticas, da degradação moral, do déficit habitacional, da falência do sistema de saúde, etc. Onde termina uma crise e começa a outra, é impossível dizer, pois são processos interpenetrados. As forças da mudança precisam articular o ataque a ambas, através de sucessivos passos estratégicos e de medidas dosadas em cada conjuntura; terão que romper com a tradição das forças conservadoras, que, no governo, circunscrevem sua ação ao âmbito da crise conjuntural, segundo a idéia de que o fim da inflação e a retomada do "desenvolvimento auto-sustentado" superarão automaticamente a crise estrutural. Aliás, resulta daí, em grande medida, a sua impotência para combater a própria crise conjuntural, já que as causas que a determinam são também estruturais.

40- Uma tarefa básica do PT e das demais correntes transformadoras é a promoção de uma reforma intelectual e moral na sociedade brasileira. Uma reforma que seja ela mesma democratizante e eleve a capacidade dos oprimidos para serem agentes radicais da mudança. Uma sociedade que tolera o autoritarismo e é ela própria autoritária, que encara a violência como coisa normal e até positiva, que apoia a pena de morte, que aceita a sua exclusão e até se auto-exclui da política, que está encharcada de preconceitos machistas e racistas etc é uma sociedade prisioneira da ideologia das elites. E assim pensa e é, majoritariamente, a sociedade brasileira. Mas, democracia só existe quando existem cidadãos e cidadãs que a valorizam e praticam. Assim, vencer a cultura da intolerância, do autoritarismo, dos preconceitos, do acumular bens ilimitado e a qualquer custo, do elitismo, do paternalismo, da recusa ao associacionismo e à participação etc e disseminar os valores humanos do direito à vida, da liberdade, da solidariedade, da igualdade, do direito à diferença, etc são passos e condições essenciais para transformar radicalmente o conjunto da sociedade. Para democratizá-la, humanizá-la e desenvolver nela culturas e movimentos realmente transformadores

### *Método de governo e combate à crise "conjuntural"*

41- Uma vez no governo, a esquerda deverá começar a mudança pela própria maneira de governar. Precisar-se-á romper com a tradicional alternância (ou combinação) de dois métodos, o autoritário e o fisiológico. Combinar iniciativa no plano das proposições e da disputa política e no terreno da negociação. Atuar de forma determinada e ativa, para ser capaz de colocar-se à altura da gravidade da crise e promover de fato uma saída. Mas agir sempre segundo a visão de que as alternativas de transformação só serão consistentes quando se expressarem como uma síntese formulada com a participação autônoma dos vários agentes situados na esfera da sociedade civil.

42- Esta política de busca do consenso com base na valorização do conflito e da negociação deverá ser o caminho de enfrentamento inclusive dos aspectos mais urgentes da crise conjuntural. O povo tem pago caro o preço das práticas fisiológicas, que desmoralizam governos, dilapidam ainda mais os recursos do Estado, deseducam o povo, desorganizam ainda mais a sociedade e desconstituem as políticas governamentais pelo retalhamento delas na submissão a múltiplos interesses particulares. Tem pago caro também o preço do autoritarismo, filho do messianismo e do mito de uma razão técnica supostamente infalível, a ditar do alto e "de surpresa" soluções milagrosas para uma sociedade politicamente apática, mas ativa e experimentada na técnica da autodefesa econômica; com vantagem evidente para os mais poderosos, no caso, o grande empresariado.

43- Assim, um governo de esquerda optará por uma estratégia de combate processual, consistente e contínuo à crise, livre das visões frustrantes e desorganizadoras do tipo "matar o tigre com um único tiro". A idéia é enfrentar a crise sem "pacotes" unilaterais lançados sobre a sociedade, mas com soluções abrangentes e balanceadas construídas através da negociação. O exemplo e a transparência do governo, que interessa sobretudo à parte da sociedade que não tem acesso privilegiado à informação, serão elementos-chaves dessa estratégia.

44- Um governo de esquerda deverá, além disso, enfrentar a crise conjuntural evitando criar fetiches em relação a qualquer um dos seus aspectos tomados isoladamente. Para ele será importante combater a inflação, mas também o será garantir minimamente o investimento e o emprego e atacar, desde logo, a fome, a miséria e o analfabetismo, por exemplo. Por isso, se recusará a ser um governo que se limite a atuar sobre a moeda. Ao invés disso, será também, desde o início, um governo promotor de reformas estruturais e que enfatizará a adoção de políticas distributivas, como política de elevação progressiva do salário real, reforma tributária e recuperação dos serviços públicos.

### *Núcleo do programa*

45- O núcleo de um programa transformador radical precisa situar-se no combate à marginalidade e à semi-marginalidade econômica, cultural e política da grande maioria da população. Esta é a única via possível para a democratização e a humanização da sociedade brasileira. A diretriz básica deverá consistir na quebra do corporativismo cartorial que submete o Estado aos oligopólios e na atribuição ao

Estado, recuperado e reformado, de um novo papel, qual seja: o papel de criador decisivo das condições para a elevação da grande maioria da sociedade à vida civilizada.

46- Esta viragem no papel do Estado demandará que este seja profundamente transformado. Uma transformação que, nas condições atuais e na perspectiva da fundação a mais longo prazo de um novo Estado tal como delinado em nossa concepção de socialismo, precisa se dar nos seguintes sentidos principais: democratização, desprivatização, moralização/profissionalização e recuperação financeira. Em síntese, o sentido de uma maior universalização, de acordo com a diretriz geral de deslocá-lo da proteção aos grandes e restritos interesses oligopolísticos para a criação das condições para a promoção geral da cidadania.

### *Medidas de reforma do Estado, da política e da sociedade civil*

47- Dentro desta diretriz geral, três alvos principais de ataque se destacam atualmente em um programa de reforma do Estado numa ótica democrático-popular: os núcleos mais sedimentados de exercício de práticas antidemocráticas e de opressão política, as instâncias destinadas especificamente a promover a apropriação dos bens públicos pelos oligopólios e os canais por onde se realizam a corrupção e o fisiologismo.

48- São exemplos típicos do primeiro caso a autonomia e o poder legal de intervenção política de que ainda gozam as Forças Armadas, o arcaísmo e o ranço autoritário do Poder Judiciário e a truculência dos aparelhos policiais, civil e militar. A superação destes focos de autoritarismo, por si só, já significaria uma mudança importante no perfil do Estado e no avanço democrático da sociedade brasileira. São problemas que demandarão uma disputa política complexa e prolongada, exigindo uma forte intervenção da sociedade no sentido de superar velhos padrões culturais sedimentados ao longo de nossa formação nacional. Mas a democratização do Estado deverá contemplar, ainda, o implemento de formas de democracia direta. Formas como o referendo, o plebiscito e mecanismos de fiscalização e controle pela sociedade civil etc são exemplos daquilo que precisa ser criado e implementado de maneira sistemática.

49- Uma maior universalização do Estado demandará ainda uma reforma da burocracia pelos critérios da profissionalização e da eficiência. Esta diretriz implicará no seguinte: luta para que prevaleça a noção pela qual funcionário público deve ser sinônimo de servidor da sociedade, nisso se distinguindo de todos os demais trabalhadores, por isso devendo ser mais exigidos e melhor remunerados; redução de pessoal nas atividades-meio e ampliação progressiva nas atividades-fim e fixação do mérito como princípio do progresso funcional; constituição de uma burocracia competente, de uma massa de funcionários capacitada e de um corpo restrito de assessores de confiança dos governos.

50- A corrupção e o fisiologismo têm a dimensão ampla de um problema moral, político e cultural de graves implicações para toda a sociedade. Estão arraigados, enquanto cultura, na mentalidade da burocracia, da maioria dos políticos e na própria

sociedade. São fatores importantes de desorganização do Estado e desvalorização da política. Precisam se constituir, de fato, em alvos do combate da esquerda. Seria um erro adotar a idéia de que, sendo ambos "inerentes ao capitalismo", o que se impõe é acabar com o capitalismo como única via para eliminá-los. O "socialismo real" já demonstrou o contrário, isto é, que a corrupção e o favoritismo não só não são próprios do capitalismo como, em condições de ausência de democracia, tendem a proliferar. O povo é quem mais perde com eles e, por outro lado, ambos servem como objetos de especulação da direita no seu esforço para minar a democracia e sedimentar concepções autoritárias na sociedade.(3)

51- A concretização do princípio da moralidade na relação com a esfera pública exige, entre outras coisas, que se estabeleça um novo padrão de relação entre os partidos e a administração do Estado. No Brasil, esta relação tem se caracterizado historicamente pela promiscuidade mais completa, por conta da qual partidos se estatizam e o Estado se partidiza continuamente. É a tradição da "nossa" elite, com a qual precisamos romper da maneira mais radical. Até mesmo para que as correntes transformadoras possam construir partidos autênticos - partidos democráticos, de massas, orgânicos etc - e se capacitem para criar na sociedade referências visíveis de uma prática política diferente, colocando-se assim em melhores condições para fazer frente às culturas da apatia e da negação genérica e indiferenciada da política. Basta registrar o peso histórico que têm no Brasil instituições como, por exemplo, a nomeação sem concurso público, ou por meio de concursos fraudulentos, e a importância que tem a figura do cargo de confiança, para se ter uma idéia da gravidade do problema.

52- Um critério capaz de inovar nesta relação partidos-Estado consiste na exigência da mais completa separação entre partido e administração. Ainda que, como diz Bobbio, o partido, deva ter "um pé no Estado", seu lugar, por excelência, é a sociedade civil, não a burocracia estatal. Seu papel é essencialmente incorporar-se às demandas da sociedade, fermentá-la com idéias sobre alternativas globais e apresentar-lhe alternativas de governo, o que inclui a luta pela implementação de um programa de governabilidade. Quanto ao mais, a sociedade constitui os governos e estes governam, inspirados nas idéias do seu - ou seus - partido e sob o controle da sociedade.

53- Será preciso dar conta de outras questões-chaves como desconcentração do poder, tornando-o mais permeável ao controle da sociedade, e democratização dos processos eleitorais. Para isso algumas condições são básicas, de imediato: o parlamentarismo, o voto facultativo, a proporcionalidade direta (um eleitor um voto), a criação de mecanismos eficazes de coibição do poder econômico e dos controladores de canais de TV nas eleições, o fortalecimento do federalismo e a descentralização administrativa. Serão certamente alguns dos pontos mais importantes de disputa no plebiscito e na reforma constitucional de 1993. Quanto à reforma do sistema eleitoral, duas alternativas foram colocadas no processo de elaboração destas teses: uma que sustenta o chamado "voto proporcional com distrital" (ver boxe no jornal onde a primeira versão deste texto foi publicada), diferente do distri-

tal misto, e outra que se contrapõe ao voto na lista em favor do voto no candidato.

54- O presidencialismo no Brasil é peça fundamental dos mecanismos de exclusão da sociedade. Eleito pelo rito formal da democracia representativa, o presidente passa a gozar de total soberania em face da sociedade. Aparta-se desta, que está privada de qualquer condição institucional para estabelecer um julgamento sobre a responsabilidade do chefe do governo e do Estado durante todo o seu mandato. Pode fazer o que bem entender, com garantia de total impunidade. Ao elegê-lo, os eleitores se alienam do poder político, que transferem, como um cheque em branco, para um indivíduo. Este, na posse do poder, passa a dispor de todas as armas para agir segundo bem entender. Anula o parlamento, através principalmente do clientelismo e do fisiologismo, inviabilizando qualquer pretensão de influência da representação da sociedade sobre os atos de governo. Não foi eleito para constituir e realizar consensos, mas para ditar, de cima, o que será feito. Além do fisiologismo e do clientelismo, dispõe das armas da manipulação, principalmente através dos meios de comunicação de massa, e do autoritarismo, para fixar os limites necessários ao exercício unilateral e soberano de sua vontade. Um tal sistema dificulta a formação de partidos orgânicos, até mesmo porque não há nele lugar para o exercício partidário da responsabilidade de governo.

55- O parlamentarismo poderá possibilitar a desconstituição deste mecanismo em favor de uma democratização substancial do Estado. Começa que ele, ao transferir a soberania para o Legislativo, ampliará a base de representação do poder soberano e o tornará mais acessível à crítica da sociedade. Democratizará o poder, ainda, na medida em que, representadas no Parlamento as diversas correntes de opinião, obrigará a constituição de consensos majoritários. E, ao vincular a responsabilidade de governo com a representação da sociedade, tornará possível a esta, em alguma medida, o exercício do julgamento de responsabilidade sobre os atos governamentais. Por tudo isso, poderá concorrer para a formação de partidos mais orgânicos e mais fortes. Contribuirá para enfraquecer o núcleo do fisiologismo e do clientelismo cediado na presidência da República e para inibir as posturas autoritárias. Na sua vigência será mais viável o exercício de governos comprometidos com a transformação democrática da sociedade, na medida em que, associados tais governos a uma maioria parlamentar, terá se afastado o fantasma do conflito institucional Executivo-Legislativo, etc, etc. Mas tudo isto com a condição de que venha associado a outras reformas institucionais democratizantes, como a democratização do sistema eleitoral, o unicameralismo através da supressão do Senado, o aprofundamento do federalismo, medidas de democratização dos meios de comunicação de massas etc.(4)

56- A democratização da sociedade brasileira exigirá mudanças profundas na esfera dos meios de comunicação de massa que, pela sua influência cultural e política, são importantes centros de poder. Por exemplo, não há como se estabelecer uma ampla liberdade de opinião e informação, nem como desconstituir os vínculos corporativos entre o poder e os grandes negócios, nem como garantir direitos iguais para as várias correntes e expressões culturais etc, se avanços decisivos não são alcançados no que

diz respeito à democratização e à afirmação do caráter público desses meios, normatizado pelo Estado. Significa dizer que se impõe a garantia da pluralidade dos agentes que os controlem, a democratização ainda maior do poder de concessão, o estabelecimento de mecanismos de controle da sociedade etc. São passos essenciais para a elevação cultural, política e moral do povo brasileiro.

#### *Papel econômico do Estado*

57- Impõe-se uma mudança radical na função econômica do Estado. Não se tratará mais de um Estado que, inserido numa estratégia de "substituição de importações", se proponha a continuar no papel de suporte infra-estrutural e financeiro para os grandes empreendimentos privados. Não, trata-se de trabalhar desde já pela democratização da propriedade, do acesso às novas tecnologias e da renda, na perspectiva de uma combinação adequada entre o planejamento estatal e um mercado igualmente democratizado e sujeito a regras que o orientem socialmente.

58- Dentro desta diretriz geral, o perfil de papel econômico do Estado que assumimos em nosso programa imediato, apropriado para uma grande transformação da sociedade brasileira, será aquele adequado a criar as condições para a promoção dos milhões de marginalizados e semi-marginalizados a uma vida digna. Um Estado que, quanto à destinação dos seus recursos, esteja estruturado para investir prioritariamente nas seguintes áreas: educação, cultura, saúde, saneamento, habitação, transporte urbano de massa, segurança pública, desenvolvimento regional (Nordeste e Norte), meio ambiente, ciência e tecnologia e fomento em larga escala da micro e pequena empresas. Quanto à sua presença direta na economia, um Estado que se restrinja basicamente aos setores cuja importância para o conjunto da sociedade aconselha que, em geral, não estejam sob controle privado. Serão os casos, por exemplo, dos serviços sociais, cuja universalidade e gratuidade cabe ao Estado assegurar, e de ramos como energia elétrica, petróleo, comunicações e financeiro, com ênfase para as atividades de fomento. Agora não mais para assegurar uma retaguarda infra-estrutural e de suporte financeiro para a grande indústria, mas por razões estratégicas relacionadas com a segurança e o interesse sociais e com a implementação do programa de mudanças.

59- Sobre esta base, o Estado atuará, complementarmente, também sobre a grande empresa privada. Através de políticas tributárias, de juros e de transferências de tecnologia, as agências governamentais estabelecerão relações diferenciadas com as empresas que sintonizarem seus programas de investimento com os fins estabelecidos pelo programa de mudanças. Tais empresas serão, assim, induzidas no sentido das próprias prioridades do Estado.

#### *Outras reformas essenciais*

60- Mudanças subjetivas e objetivas de tamanha profundidade farão nascer um novo país. A sua implementação por si só irá estabelecendo bases novas para o relacionamento do Brasil com o mundo. O processo de mudança, quanto mais avançar, mais desenvolverá condições propícias para a disputa em favor de uma integração externa não submissa, que se compatibilize com os interesses nacionais. Mas o

próprio programa de reformas precisa contemplar a clara opção por uma tal política de integração, não só no âmbito da América Latina como em relação aos países centrais. Os termos dessa integração deverão estar entre as principais questões que serão objeto de disputa internacional, no quadro de uma confrontação a respeito dos novos parâmetros para as relações Norte-Sul. Será a luta pela materialização da recusa tanto à ideologia da submissão externa, que é uma das marcas históricas da elite brasileira, como ao nacionalismo, que no passado preconizou a via particularista e anti-histórica do desenvolvimento nacional autárquico. Ao contrário, a luta por um espaço específico do Brasil no mundo deve ser inseparável de um esforço sistemático e programado pela abertura externa da sociedade brasileira: abertura política, econômica, cultural, institucional, nas relações pessoais etc. Objetivo que, por sua vez, será irrealizável, em termos não dependentes, sem que esteja articulado com um processo interno de transformação profunda de nossa sociedade.

61- Tema fundamental das nossas relações internacionais, o problema da dívida externa é um dos pontos mais decisivos para o propósito de superar esta realidade perversa que é a transformação do Brasil em exportador líquido de capitais. É que a dívida, além de mecanismo de evasão de divisas, tem se constituído em obstáculo poderoso à normalização das relações econômicas externas do país, dificultando a efetivação de novos investimentos, o acesso amplo às novas tecnologias, uma presença mais efetiva nos mercados internacionais etc. Este tem sido o preço das sucessivas políticas inconsistentes e, em geral, capitulacionistas de todos os governos de direita. Fato que faz ressaltar, enquanto compromisso da esquerda, a importância de uma disputa política voltada para o objetivo de, na mesa de negociação, concretizar um acordo com os credores que favoreça à solução dos grandes problemas nacionais. Uma disputa e uma negociação que visem, portanto, a dois objetivos básicos: desconstituir ao máximo os canais de transferência de capitais para o exterior e contribuir para a normalização do relacionamento externo da economia brasileira num sentido favorável aos objetivos do programa democrático-popular. Esta não é uma questão de ordem apenas financeira, mas fundamentalmente política, que exige um governo sério, dotado de um programa consistente e, acima de tudo, de um forte apoio interno e externo às suas posições.

62- Um programa de promoção da cidadania terá que conferir um lugar de relevo à solução da questão agrária. A reforma agrária está chamada a cumprir um importante papel social e político. Não é uma questão que diga respeito apenas aos trabalhadores rurais, mas uma questão nacional. Combinada com uma política agrícola adequada, será medida essencial para a melhoria das condições de vida de milhões de trabalhadores rurais sem terra ou com pouca terra, por meio da sua transformação em produtores autônomos; para a viabilização de uma prática agrícola não predatória e que compatibilize produção agrícola moderna com preservação do meio ambiente; para o enfrentamento do problema urbano, pelo poder de atração que os seus efeitos exercerão, ao gerarem perspectivas de uma vida nova, sobre uma parcela significativa da grande massa dos pobres que vegetam nas periferias das grandes cidades; para o objetivo de aumentar significativamente a produção de alimentos e erradicar a

fome; para o propósito de eliminar a violência no campo e humanizar as relações sociais no interior do país; para a determinação de que se efetive uma ampla e profunda reforma do Estado e da política, na medida em que, debilitando os setores mais arcaicos da sociedade, contribuirá para o esforço de democratização e modernização das instituições. Uma reforma agrária que signifique tudo isso precisará atingir fortemente o latifúndio e contar com a participação ativa dos trabalhadores rurais. (54)

#### *Elementos de perspectiva estratégica*

63- A mobilização social é pressuposto para a revolução. Esta tem sido uma diretriz básica do pensamento estratégico do PT. Não só por ser indispensável à superação do capitalismo, mas também por ser a única via capaz de realizar uma concepção democrática de socialismo. Não há emancipação possível através de meios burocráticos ou de quaisquer outros que não se apoiem fundamentalmente na iniciativa autônoma dos agentes individuais e coletivos. O terreno por excelência da luta socialista é pois a sociedade civil.

64- É um erro opor movimento social e ação transformadora a partir do Estado. Não só é importante que a mobilização social incida sobre o Estado, mas também que se traduza numa nova direção política do Estado. E o faça para agir em todos os sentidos, inclusive na transformação do próprio Estado. Neste momento a atividade revolucionária adquire em geral maior radicalidade, e não o contrário.

65- O avanço nas conquistas de caráter socialista exige um outro tipo de Estado, um Estado socialista democrático, qualitativamente distinto daquele que temos atualmente. Isto significa que o movimento socialista precisa conceber a transformação do Estado enquanto um item-chave do seu programa. Uma transformação que, tendo a mobilização social como protagonista principal e em geral decisivo, comporte, como procedimento básico da mudança, a promoção de um conjunto de reformas - sem descartar rupturas mais ou menos abruptas - na institucionalidade estatal.

66- Isto significa que o PT opta claramente por uma estratégia democrática. Ainda que sabendo do apego da elite brasileira a seus privilégios seculares, da sua tendência a desdenhar das regras democráticas quando julga que tais interesses se encontram ameaçados, o PT sempre se recusou a escolher o caminho da confrontação armada como forma de se solucionar os problemas do povo. Mas deve ir além: deve se afirmar como uma organização adepta da não-violência e, simultaneamente, sustentar e reconhecer o direito à rebelião contra as tiranias e o direito à auto-defesa de todo aquele que se encontre ameaçado em sua integridade física.

67- A via de ação do PT é, pois, a via da efetivação crescente das conquistas democráticas, da luta social e da disputa política. Por ser uma via possível em face do desenvolvimento da sociedade civil e dos avanços democráticos nas últimas décadas; por ser a via menos dolorosa para os trabalhadores e para toda sociedade, na medida em que evita os efeitos barbarizantes que o recurso às armas geralmente produz; e por ser a via que, vencida a fase prolongada e complexa das mudanças, pode assegurar con-

quistas mais consistentes e difíceis de serem revertidas.

68- Esta posição concretiza uma recusa à idéia de ruptura tal como a concebe a ortodoxia marxista, isto é, como sinónimo de destruição do Estado. Esta idéia tão cara à ortodoxia está associada à escatologia comunista, que preconiza o fim mesmo do Estado como instituição, ou seja, uma sociedade sem Estado. E, por conta disso, concebe a revolução como um momento concentrado de desmantelamento de toda a ordem existente visando a pretensa instituição de "um Estado que já não seja bem um Estado", destinado à morte lenta até uma suposta auto-extinção, o que na prática significa a instauração da ditadura burocrática do partido comunista. Razão pela qual a idéia da destruição do Estado adquire o estatuto de princípio fundamental da política socialista.

69- Para o PT, de acordo com a sua concepção de socialismo, ao contrário, o problema da ruptura deve se colocar - quando assim as condições o impuserem - enquanto um processo de confrontações na luta pela transformação do Estado. Portanto, em termos políticos, e não de princípio; e sempre em termos de aprofundamento da democracia, e não de implantação de uma ditadura, sob qualquer título.

70- Na ótica de um agir transformador sustentado fundamentalmente na sociedade civil, impõe-se um esforço de repensar o papel dos movimentos sociais e de sua relação com o Estado e as demais instituições da própria sociedade civil. Por conta, em grande medida, da multiplicação desses movimentos nos últimos quinze anos é que hoje podemos registrar algumas conquistas democráticas e um certo desenvolvimento da cidadania na sociedade brasileira. Está aí, nos movimentos, um ponto de partida decisivo para a criação de uma nova institucionalidade, capaz de abarcar o conjunto da sociedade, a ser desenvolvida paralelamente à velha institucionalidade excludente e autoritária.

71- Contudo, os movimentos têm se restringido quase que apenas a um de seus papéis, isto é, à defesa de reivindicações imediatas dos seus associados, pouco se preocupando com a situação de conjunto da sociedade. Daí a importância, também neste aspecto, de que o PT desencadeie um amplo movimento de luta por uma alternativa nacional, dirigido a todos os atores, reais ou potenciais, da transformação social. Há que se superar positivamente a limitação produzida pelo chamado corporativismo, que afeta a todos os movimentos, não só o sindical, pois não há saída no universo das ações solitárias e desvinculadas de um programa global. Por conta dessa limitação, até mesmo a possibilidade de vitórias na resistência aos efeitos destrutivos da crise fica bastante despotencializada. É dever de todos, não apenas dos partidos, saírem de dentro de si mesmos e empenharem-se na busca de soluções de conjunto.

72- Não que os movimentos devam abdicar do seu caráter participativo e se comportarem como partidos. O que se exige deles é que se integrem na luta por um projeto nacional a partir do ponto de vista da sua ótica particular, pois o que deve ser criticado como corporativismo não é a defesa de interesses específicos de um setor ou categoria, mas a luta por estes interesses sem qualquer consideração por uma luta de conjunto. Luta que incida inclusive sobre a esfera das velhas instituições, entre as quais o próprio Es-

tado, visando instituir uma nova direção política do Estado e transformá-lo, assim como à própria sociedade. As velhas instituições não podem continuar como sempre estiveram e como sempre as desejaram as elites dominantes, ou seja, quase totalmente inatingíveis à interferência da grande maioria da população. Ainda por cima beneficiadas pelo fato de que a parcela da população que já se organizou minimamente ainda não valoriza devidamente a própria ingerência sobre elas e a partir delas.

73- O radicalismo particularista dos movimentos sociais, nas condições de crise aguda e de carecimentos radicais, vem se deparando, do outro lado, com um Estado em total bancarrota financeira e incapacitado para atender às mínimas demandas da sociedade. Esta é uma realidade com a qual têm se defrontado inclusive os governos municipais e estaduais de esquerda, sem exceção, tudo indicando que seria ainda pior com um governo federal. Não há outra saída para este problema a não ser, de uma parte, uma intervenção dos partidos no sentido de politizarem os movimentos - isto é, ajudá-los a formularem suas demandas segundo uma visão de conjunto - e, de outra, uma linha de intervenção das administrações de esquerda segundo um programa geral de mudanças e de acordo uma ótica de não rendição à lógica da burocracia. Uma ótica que enfatize o papel da disputa política e a importância da reforma do Estado, no sentido inclusive de recuperar e potencializar ao máximo a sua capacidade de resposta, ao mesmo tempo em que expõe a situação e os atos do poder público a uma total transparência.

## VI- Construir uma alternativa

74- Uma alternativa de caráter nacional só poderá ser construída enquanto resultante de um debate e de uma disputa envolvendo amplamente a sociedade civil, em particular os partidos com perfil transformador. Do contrário, por melhores que sejam as idéias e a representatividade de quem as proponha, estará basicamente comprometida. Não há como mudar o Brasil no sentido desejado pela esquerda a não ser através da constituição de um bloco de forças que combine a consistência das propostas com a representatividade e a ação de múltiplos sujeitos, envolvendo ativamente o conjunto dos segmentos populares.

75- O que se exige do PT neste momento é que se credencie como um grande fomentador de um vasto movimento de formulação e de luta por uma tal alternativa, com suas próprias propostas e convicções, mas principalmente com capacidade de convencimento e de iniciativa, para despertar a vontade e a abertura dos diferentes interlocutores. Um movimento que vise uma ação política unificada da maioria da sociedade, mas que se situe também dentro de uma clara perspectiva de luta pelo poder de Estado e, vale destacar, pela sua manutenção por várias gestões. Com vistas, de imediato e a médio prazo, ao direcionamento da oposição ao governo Collor e à disputa das eleições municipais de 1992 e presidenciais, parlamentares e para governadores de 1994, passando pelo plebiscito e pela reforma constitucional de 1993. Um movimento que, logo que esteja concluído o nosso I Congresso, se desencaideie em todas as direções - junto aos movimentos sociais e a outras esferas da sociedade civil e junto

às bases e às direções dos partidos potencialmente aliados - envolvendo com entusiasmo as direções e o conjunto da militância petista. Deve ser esta a nossa grande tarefa estratégica no momento.

76- A prioridade para o relacionamento com os partidos fica automaticamente justificada pelo fato de se tratar do PT e pelo destaque que a questão da disputa do poder de Estado tem na estratégia. Trata-se de buscar uma relação nova e fecunda com todos os partidos da esquerda e da centro-esquerda, com destaque para o PDT e o PSDB. Não uma relação meramente de cúpula nem de simples busca de um entendimento, mas de debate e de disputa, dadas as notórias diferenças entre o PT e os partidos de centro-esquerda, principalmente. Basta notar as ambiguidades de setores do PSDB em face de certas teses neoliberais e o apego de segmentos importantes do PDT a um nacionalismo e a um estatismo superados - prá não falar nos recentes equívocos de Brizola na relação com o governo Collor - para termos clara a complexidade dos problemas que a busca desta unidade colocará. Disputas e debates sistemáticos, com vistas a uma unidade no plano do programa e das estratégias de luta para a conquista do governo e o seu exercício conjunto. Estratégias que digam respeito inclusive ao "detalhe" da conduta a ser adotada por cada partido nos primeiros turnos das eleições, na eventualidade de se apresentarem neles dois ou mais candidatos do próprio campo da esquerda e/ou centro-esquerda. Será a busca de uma unidade estratégica, movida pela disposição comum de promover uma saída democrática e transformadora para a crise brasileira. Portanto, unidade não dos socialistas, mas das forças da mudança, respeitada a especificidade ideológica e doutrinária de cada partido.

77- É fundamental que a uma tal unidade política corresponda uma ampla base de interlocução na sociedade, também aí se fazendo presente o caráter nacional da alternativa. Só isto basta para justificar o destaque para os papéis do PT, do PDT e do PSDB, sem que isto signifique uma desvalorização de partidos menores como o PSB e o PCB. O PT é um partido cujos interlocutores sociais estão situados basicamente na grande massa dos trabalhadores assalariados e autônomos, urbanos e rurais, e em segmentos da classe média e da intelectualidade; o PSDB é um típico partido com interlocução na classe média urbana, notória principalmente em São Paulo e no Ceará; e o PDT tem uma forte interlocução, principalmente no Rio de Janeiro, junto à grande massa dos "descamisados", referenciada na liderança de Brizola. Trata-se portanto de partidos que, uma vez unidos, configurarão uma formação política de caráter nacional pela própria base social que os toma como referência, o que será fundamental para constituir, neste plano, uma correspondência indispensável com o caráter nacional do programa.

78- A importância desta luta, desde já, por uma alternativa não decresce em face das indefinições ainda existentes na quetsão do sistema de governo, que só serão esclarecidas pelo plebiscito e pela reforma constitucional. O problema do relacionamento positivo do PT, do conjunto da esquerda e dos movimentos sociais com o Estado precisa ser viabilizado e afirmado, em um plano superior de definições e articulação, independentemente do que poderá vir a prevalecer no futuro, se o parlamentarismo ou o presidencialismo. Caso passe a vigorar o

parlamentarismo, pode-se esperar que mudarão significativamente, para melhor, as condições institucionais para a representação política da sociedade e para a atuação das forças da mudança. Além disso, tão logo esteja definido o sistema de governo, a nossa linha de conduta para as eleições precisará ser ajustada à situação de fato que se terá estabelecido. Teremos, por exemplo, uma importância maior da eleição para o Congresso, caso prevaleça o parlamentarismo; ou um novo desafio à nossa inteligência política, caso passe a vigorar o voto distrital misto... Mas nada disso é obstáculo à luta imediata pela alternativa proposta. Pelo contrário, a urgência desta luta resulta da necessidade premente de se enfrentar a crise segundo os interesses da grande maioria, intensificando os esforços pela articulação da sociedade, dentro do propósito de transformar o país. E esta necessidade incide inclusive sobre a própria disputa em torno do sistema de governo, que deveremos transformar em um momento relevante da luta pela democratização do Estado.

79- Um ponto decisivo do movimento pela constituição de uma alternativa nacional, na perspectiva de uma nova concepção de socialismo, deve situar-se na transformação do próprio PT. Esta conclusão baseia-se na avaliação de que o Partido precisa mudar para se tornar mais adequado às exigências das disputas políticas envolvendo o conjunto da sociedade. O PT precisa desenvolver ainda mais as suas características inovadoras em contraposição com todas as tradições negativas da esquerda. Precisa ser um partido de massas em todos os sentidos, partido que exista para "dar voz aos que não têm voz", e não um partido de quadros e militantes ideologizados e, portanto, incompatível com a verdadeira militância de massa; precisa ser um partido no qual os indivíduos, mesmo quando organizados em tendências internas, estabeleçam uma relação direta e integral com o todo partidário, e não uma relação mediada por frações ou corpos internos superpostos e fragmentadores do todo; precisa ser um partido laico e filosoficamente plural na dimensão mais ampla do termo, e não um partido onde a doutrina substitui o conhecimento, a opinião e a política; precisa ser um partido capaz de produzir consensos amplos, e não um partido que seja mero reflexo dos movimentos, ou um partido sectário, vocacionado para o dirigismo e para o isolamento político; precisa ser um partido com capacidade governativa, e não só um opositor mais ou menos competente; precisa ser um partido ainda mais democrático, aberto, ágil e moderno, e não um corpo carente de meios eficazes de ação e, ainda por cima, burocratizado, etc, etc. Discutir um pouco esta questão é o que faremos logo adiante, quando tratarmos do tema concepção de partido.

Nos últimos dez anos o povo brasileiro experimentou as mais diversas alternativas de direita. É compreensível que se sinta frustrado. Cabe a nós oferecer-lhe novamente a nossa alternativa, mais trabalhada do que em 1989 e em outras ocasiões. Empenhar-nos para arrancá-lo da desesperança e, junto conosco, se dispor a lutar por um futuro melhor. Eis aí um bom desafio à inteligência e ao coração de todos os petistas!

1- Para se ter uma ideia, dados coligidos pelo Grupo de Economistas do PT revelam que o Terceiro Mun-

do, com 2/3 da população do globo, teve a sua participação no PIB mundial reduzida de 22,4% em 1980 para apenas 16,9% em 1990. Neste quadro, a América Latina, com 9% da população mundial, teve a sua participação no comércio com a Comunidade Econômica Européia diminuída de 7% em 1980 para apenas 4% em 1990, menos do que a Suíça isoladamente.

2- Sobre isto, são reveladores os dados referentes ao balanço das transferências líquidas de capitais do e para o Brasil nos últimos vinte anos: entre 1971 e 1980 houve ingresso (líquido) de 36,5 bilhões de dólares, enquanto entre 1981 e 1988 houve uma saída de 94,6. Foram considerados os seguintes itens: renda de capitais, transferências unilaterais, movimentos de capitais e operações com o FMI.

3- Ver, a respeito destas e de outras questões, tratadas a partir do ângulo do município, o ensaio do companheiro Celso Daniel "As administrações democráticas e populares em questão".

4- O último número (32) da Revista do Instituto de Estudos Brasileiros, da USP, traz um artigo do companheiro Ronald de Oliveira Rocha que contribui para esclarecer pontos importantes desta discussão, ainda que sob a tensão de premissas doutrinárias, a nosso ver, equivocadas.

5- O texto produzido pela Secretaria Agrária Nacional, como "contribuição dos militantes do PT no campo ao debate do I Congresso", oferece uma visão correta e uma argumentação importante a respeito destes e de outros aspectos da questão agrária.

# CINCO TESES SOBRE CONCEPÇÃO DE PARTIDO

## I- Partido, instituição autodeterminada

1- Todo partido político nasce, organiza-se e se desenvolve num determinado meio social e histórico, do qual sofre condicionamentos e influências. Mas o Partido, na sua essência específica, autodefiniu-se pelas decisões adotadas pelos indivíduos que o compõem. Isto é, o Partido se autodetermina pelo seu programa, suas normas estatutárias, sua estrutura organizativa, seu ideário, seu imaginário coletivo e sua prática política e social.

2- O Partido, assim, não é nem representante de uma substância imanente das massas nem a encarnação da vontade de supostos interesses históricos de uma classe. Dá-se o contrário do que ocorreu com os partidos que emergiram do meio social operário e adotaram a ideologia marxista ou marxista-leninista. Estes, em geral, assumiram a idéia-mística da encarnação de uma vontade, proclamada como verdade histórica, e se apresentaram como portadores de um destino. A idéia da encarnação é a consequência lógica de uma filosofia da história que pressupõe o desdobramento do processo social em um devir único e necessário que levaria ao "Fim do Tempo". O Partido é concebido como "sujeito" portador da verdade histórica que, como tal, tem a missão de realizar. O delírio inerente a esta interpretação levou (e leva) milhares e milhares de militantes a devotarem uma lealdade cega aos partidos a que pertenceram ou pertencem, constituindo as bases teóricas e psicológicas da devoção dogmática que dá fundamento às tendências autoritárias e totalitárias no movimento socialista.

3- A base para a definição do caráter laico do Partido situa-se no fato de que este se funda mediante um pacto artificial, civil, e não por determinação de uma substância imanente ou transcendente qualquer. A sua natureza é essencialmente política, cuja especificidade é a ação. Isto o define como uma comunidade de orientação, já que se trata de um organismo comunicador de uma mensagem por ele mesmo definida. Esta mensagem é a sua promessa, com a qual deve ter um compromisso prático-atuante, com vistas à sua realização. Como só têm significado no presente, promessa e praxis são relativas e parciais, o que explicita a própria natureza do partido enquanto parte, por mais que a sua ação tenha a pretensão de dirigir-se ao todo.

## II- Pluralidade partidária e pluralidade política

4- Na tradição autoritária do marxismo-leninismo, que se objetivou no Estado-Partido próprio do "socialismo real", o pluralismo político foi suprimido por conta da pretensão de realizar um nivalamento absoluto da condição e da conduta da natureza humana. Com a derrocada dos regimes do Leste europeu e da URSS, a esquerda começa a adotar o pluralismo político, não mais como um mero elemento tático destinado a ser instrumentalizado conjuntamente nas democracias liberais, mas como um valor efetivo integrado ao seu ideário político. É importante que assim seja - ainda que saibamos ser

o pluralismo político, assim concebido, um legado específica do pensamento liberal - pois o pluralismo político é condição da liberdade enquanto possibilidade de escolha dos governantes e manifestação das diferenças de opinião. Sem ele, a pluralidade e a natureza conflitual dos desejos, dos interesses e das vontades que emergem da sociedade e se expressam politicamente não teriam como se manifestar.

5- Nas atuais condições históricas, nos limites do sistema representativo, o pluralismo político encontra a sua garantia mínima no sistema dos partidos. Isto é, a liberdade política em sentido estrito, definida enquanto liberdade de escolha de governantes temporários, é garantida na medida em que os partidos concretizam, em função da sua diversidade, uma expressão relativa mas significativa das diversas opiniões e tendências dos indivíduos e dos grupos. É evidente que isto, por si só, não resolve o problema da liberdade política entendida como ação e participação dos cidadãos nas decisões na esfera dos negócios públicos. A solução deste problema requer a invenção e a instituição de uma nova esfera pública política democrática. Mas também é verdade que até agora, na era moderna, nenhum outro sistema político foi capaz de garantir mais liberdade e participação, ainda que limitada, do que o sistema representativo com o seu pluralismo partidário. O fracasso do capitalismo na gestão social e no que diz respeito à garantia de condições de vida dignas e de cidadania a enormes contingentes populacionais, particularmente no Terceiro Mundo, não é uma decorrência do pluralismo político e partidário. Deve-se a uma outra ordem de fatores, impossíveis de serem tratados aqui, dentre os quais certamente se inclui, ao contrário, a limitação ou a eliminação da pluralidade. Além disso, na situação atual do sistema representativo, aprofundamentos parciais da democracia podem ser alcançados, através da adoção de mecanismos de ampliação da participação nos processos de tomada de decisão. Mecanismos como o-referendum, em questões fundamentais para a vida pública, a descentralização do poder, com a introdução de formas mais ampliadas de participação e representação nas instâncias decisórias, o fortalecimento do federalismo etc.

## III- Formas de garantia da democracia partidária

6- O PT vem proclamando, corretamente, o abandono das visões de partido único, de partido monolítico e de partido-modelo. Vem também adotando a proporcionalidade para a composição das suas instâncias e reconhecendo, de forma regulamentada, o direito de tendência no seu interior. Porém, estas concepções e procedimentos, ainda quando assumidos plenamente, não são suficientes para impedir o conhecido fenômeno da burocratização e oligarquização do Partido. Este fenômeno se materializa na profissionalização da atividade partidária, na constituição de uma elite dirigente que tende a se perpetuar nos cargos de direção, na "especialização" dos chefes em relação aos assuntos políticos e partidários e na tomada de decisões por um grupo restrito de dirigentes. A contraface deste processo é a ten-

dência à passividade e a inércia cada vez maiores dos filiados, dos simpatizantes e dos eleitores.

7- O fenômeno da burocratização e da oligarquização partidária é inerente à própria organização, sendo praticamente uma necessidade para que o partido funcione de forma relativamente eficaz em uma sociedade estruturada sob o paradigma da técnica e da especialização. Este fenômeno reforça uma das lógicas inerentes ao pluralismo político, que é a lógica da dominação e do elitismo. Por isso torna-se fundamental que se busque instituir procedimentos que reforcem também uma outra lógica inerente ao pluralismo, que é a lógica da democracia e da autonomia.

8- Esta lógica pode ser reforçada tanto interna como externamente ao organismo partidário. Internamente, podem ser adotados mecanismos como, por exemplo, a escolha direta dos dirigentes pelos filiados, o referendun em questões fundamentais, a delegação a partir da base partidária, a exigência de renovação parcial das direções a cada momento de eleição dos seus integrantes etc; podem ser introduzidas também, paralelamente às estruturas profissionais, formas flexíveis de agregação dos filiados menos disponíveis para a militância. Sabemos, contudo, que estes procedimentos, ainda que importantes, permanecerão basicamente formais enquanto os filiados e militantes, em uma dimensão ampla, não adquirirem uma cultura política universalista, requisito fundamental para uma decisão autônoma. Isto faz ressaltar o quanto é relevante o abandono dos dogmas da ideologização.

9- Alguns destes procedimentos, por outro lado, não poderão ser adotados de forma generalizada, sob pena de serem desgastados e desmoralizados. Seria o caso, por exemplo, de uma situação em que se exigisse dos filiados uma votação semanal ou a presença em uma assembléia permanente. Talvez o segredo da "boa vida partidária" consista, portanto, na busca de um correto equilíbrio na dupla lógica implicada no partido. Ou seja, um equilíbrio entre a eficiência da organização, geradora da tendência à dominação e à especialização dos dirigentes, e a democracia, produtora da tendência a tornar significativa a vontade e as aspirações dos filiados, com a lentidão que é inerente a estes processos.

#### IV- O lugar específico do Partido

10- O Partido é uma instituição da sociedade civil. Esta é uma tese essencial, mas não diz tudo sobre o lugar específico do Partido na sociedade, pois é própria dele o estabelecimento de uma dupla relação. Como diz Bobbio, o Partido "tem um pé na sociedade civil e um pé nas instituições" do Estado. É o que ocorre quando o ele intervem no Parlamento ou a partir do momento em que militantes seus são eleitos para postos de governo. Não que isto signifique necessariamente uma estatização ou meia-estatização do Partido. Este, na ótica de uma concepção democrática da política, deve continuar, enquanto instituição, situado na esfera da sociedade civil, estabelecendo com o governo uma relação de inspiração programática e apoio político.

11- Nesta dimensão, isto é, enquanto mediação entre sociedade civil e Estado, uma das funções do Partido é "selecionar, portanto, agregar e transmitir as demandas provenientes da sociedade civil e des-

tinadas a se tornarem objeto de decisão política" por parte dos governos. Contudo, podemos acrescentar que o Partido, como organismo da sociedade civil, desde que lute por uma nova hegemonia, deve cumprir a função de coordenar e sistematizar programaticamente as demandas sociais e políticas no sentido de promover a cidadania e a instituição de direitos pela via da conquista de reformas por parte dos grupos e movimentos da sociedade. E, como elemento do Estado, deve explicitar e lutar pela implementação de um programa de governabilidade, tendo em vista a reforma das instituições político-estatais e as reformas sociais. O Partido que busca estabelecer uma nova hegemonia age, assim, no e sobre o Estado e na e sobre a sociedade, visando a transformação de ambos.

#### V- O Partido e a construção de um consenso majoritário

12- Do ponto anterior decorre que o programa do Partido, por um lado, não pode se reduzir a uma mera somatória das reivindicações sociais e, por outro, não pode se fixar, quanto aos seus objetivos, apenas nos limites da ordem vigente. O Partido que não busca transformar os atuais limites jurídico-estatais não estará lutando por uma nova hegemonia. Para que as mudanças se tornem possíveis através de procedimentos democráticos e expressem a vontade da maioria é que se torna indispensável uma ação sistemática junto à sociedade. Nesta luta pela instituição de uma nova hegemonia - que deve significar uma nova ordem econômica, política e cultural - o Partido deve adotar dois procedimentos básicos: 1) estabelecer um consenso majoritário sobre a natureza e a hierarquia das mudanças e 2) agir com legitimidade proporcionada por setores sociais significativos e alcançada por meios democráticos.

13- A idéia de uma nova hegemonia não deve ser reduzida ou identificada com a idéia de uma hegemonia de partido. A hegemonia é antes de tudo de natureza ético-cultural e, conseqüentemente, resultante e instituinte de uma ordem histórico-social, no caso, uma nova ordem, que se institui através da interação e do conflito de e entre múltiplos sujeitos. Em outras palavras, através da interação e do conflito de e entre diversas ordens de valores, diferentes projetos e diferentes processos.

14- Nesta perspectiva, onde a política é concebida como uma atividade destinada a estabelecer a legitimidade e o consenso majoritário, a idéia de partido dirigente deve ser abandonada. A ação dirigente, ação unilateral voltada para viabilizar os objetivos egocêntricos do Partido, deve dar lugar a uma concepção da política entendida como terreno por excelência da disputa e do diálogo. Disputa e diálogo, entre os vários sujeitos potenciais ou reais da mudança, com vistas a estabelecer os objetivos programáticos comuns e a efetivá-los enquanto mudanças reais na sociedade. Mais precisamente, os objetivos comuns capazes de unificar na ação transformadora partidos afins, movimentos sociais, movimentos sindicais, movimentos de direitos civis e humanos, movimentos de minorias etc. produzindo, assim, uma maioria suficiente para instituir democraticamente uma nova ordem política e social.

# OS PRINCÍPIOS ÉTICOS-POLÍTICOS DO PT

1. O Partido dos Trabalhadores define-se como uma organização política voltada para a afirmação da liberdade. Entende que a luta pela democracia e pelo socialismo integra este objetivo essencial e lhe oferece substância histórica.

2. O Partido dos Trabalhadores defende, intransigentemente, o direito à vida e afirma-se como organização identificada com a causa pacifista. Entende que a paz mundial deve ser mantida pelo entendimento entre os povos e não às custas de um equilíbrio do terror. Razão pela qual apóia todas as iniciativas de desarmamento e de desconstituição das máquinas de guerra existentes. A paz também requer a instituição de uma nova ordem econômica e política mundial mais justa e equitativa, baseada na igualdade entre os países e governada por instituições internacionais democráticas. Uma ordem capaz de respeitar a soberania nacional e o direito à autodeterminação e de incentivar formas de integração e solidariedade entre as nações.

3. O Partido dos Trabalhadores é uma organização comprometida com a não-violência e que milita pelo respeito aos direitos humanos, contra a pena de morte, contra as prisões políticas, contra a tortura e qualquer tratamento degradante imposto aos seres humanos. Sustenta e reconhece, entretanto, o direito à rebelião contra as tiranias e o direito à auto-defesa de todo aquele que se encontra ameaçado em sua integridade física.

4. O Partido dos Trabalhadores é uma organização plural e democrática que reconhece o direito à diferença política, cultural, sexual, moral, racial, religiosa, ideológica e de opção sexual; combate, portanto, a intolerância e os preconceitos de qualquer natureza e luta por uma sociedade capaz de garantir e estimular o pleno desenvolvimento das diferenças individuais, asseguradas as condições elementares de dignidade e igualdade das oportunidades sociais.

5. O Partido dos Trabalhadores é uma organização plenamente identificada com a causa feminista, comprometida com o processo histórico de emancipação das mulheres e com sua plena integração à esfera pública. Esta integração é um desafio a ser conquistado na própria vida interna do PT, que precisa se constituir em um partido onde milite um número de mulheres equivalente ao dos homens, com igualdade de oportunidades e presença decisiva em todas as suas instâncias, dispondo de condições plenas para assumirem o fazer político à maneira especificamente feminina. Entende que este compromisso com o feminismo deve marcar a trajetória de todos os seus filiados - homens e mulheres - desde já, na construção de uma conduta cotidiana que supere a dupla jornada de trabalho, que afirme uma sexualidade livre e orientada por princípios unitários para ambos os sexos, que construa direitos e deveres iguais para a responsabilidade paterna e materna e que promova os valores morais da solidariedade e da sinceridade como básicos para a construção das relações inter-pessoais.

6. O Partido dos Trabalhadores é uma organização que assume incondicionalmente a causa do movimento ecológico. Milita pelo estabelecimento de relações harmoniosas entre os seres humanos e destes com a natureza. Combate toda e qualquer manifestação do espírito predatório que caracteriza as modernas sociedades industriais e valoriza as iniciativas de preservação da fauna e da flora, bem como a criação de reservas ecológicas. O PT sustenta que as questões ecológicas referem-se, necessariamente, ao conjunto da humanidade, ultrapassando as fronteiras nacionais e quaisquer interesses particulares.

7. O Partido dos Trabalhadores é uma organização laica sem qualquer vinculação doutrinária ou organizativa com as diversas religiões. Em seu interior convivem militantes dos mais variados credos e confissões ao lado de agnósticos e ateus. Como Partido político moderno, o PT sustenta suas definições de modo racional e sem qualquer pretensão de portar uma verdade revelada. O PT não pretende fazer qualquer pregação nem converter a sociedade às suas posições; quer, pelo contrário, inter-agir com ela e construir uma saudável iconoclastia frente às suas próprias posições que, por definição, estão permanentemente sujeitas à crítica e à revisão.

8. O Partido dos Trabalhadores não estimula nenhuma contraposição entre as diversas culturas populares e o acúmulo cultural da humanidade. Pelo contrário, pretende contribuir para que os excluídos tenham acesso ao saber universalizado pela ciência e pela filosofia, tanto quanto ao patrimônio estético das grandes produções artísticas do gênero humano.

9. O Partido dos Trabalhadores organiza-se em torno de idéias cuja pretensão de validade articula-se com um projeto universal de libertação. Estas idéias e este projeto devem, portanto, subordinar nossa elaboração tática e circunscrever qualquer interesse particular, seja de grupo, seja de classe social. O PT não é um partido "classista" no sentido tradicional desta expressão; é um Partido revolucionário e humanista que, por seus princípios e definições, solidariza-se com a classe operária e com o conjunto dos oprimidos e explorados procurando organizá-los e representá-los politicamente.

10. O Partido dos Trabalhadores é uma organização voltada para as lutas sociais, identificada plenamente com as aspirações por justiça social disseminadas entre os explorados do campo e da cidade. O Partido prioriza a intervenção nestes movimentos, pois os considera constitutivos da cidadania e condição para a possibilidade das transformações sociais. No interior destes movimentos, o PT procura socializar o seu acúmulo político e recolher os ensinamentos propiciados pela própria experiência dos trabalhadores. Nesta conduta, o PT procura contribuir para a superação de todas as tensões corporativas, desenvolvendo os conflitos de interesse em lutas por projetos políticos.

11. O Partido dos Trabalhadores acredita que a História é o resultado da atividade concreta dos homens concretos e que, portanto, o futuro é, por definição, indeterminado. Não acredita na existência de qualquer "lógica" capaz de conduzir a humanidade, independentemente das disputas e das vontades humanas, para o socialismo ou para um paradisíaco "reino de liberdade". O PT entende que a conquista e construção de um socialismo libertário é apenas uma das inúmeras possibilidades abertas

pelo processo histórico e, talvez, neste final de século, não a mais provável. Esta é, portanto, outra das razões pelas quais nossa militância e todos os lutadores pela liberdade compartilham da responsabilidade histórica de influir sobre as disputas em curso. Depende fundamentalmente desta capacidade de intervenção a possibilidade de um futuro digno. Por isso, o PT busca "uma fórmula prometedora para substituir a idéia metafísica do destino pelo valor emancipatório das decisões". (Warat)

## Por um PT Socialista e Revolucionário



Nosso Congresso se realiza em um período de grandes mudanças no mundo. O PT, após onze anos de construção, disputas e importantes conquistas que o tornaram referência obrigatória na vida política nacional e internacional, tem a tarefa e as condições de avançar na elaboração estratégica e programática, e de contribuir para o enfrentamento dos dilemas postos para o movimento socialista.

No processo de debate que estamos realizando muitas posições têm se manifestado, algumas de conteúdo liberal-reformista. Nós, militantes, dirigentes, parlamentares, petistas de diferentes posicionamentos, dirigimo-nos a todos os filiados para apresentar idéias que julgamos úteis à continuidade da construção do Partido no sentido revolucionário.

O vendaval que varreu o Leste Europeu não deixou pedra sobre pedra no edifício das tiranias burocráticas. Caiu a máscara dos burocratas que falavam em nome do marxismo. A crise do movimento socialista chegou ao clímax. Mas agora – com a grande maioria da militância renunciando às ilusões de antes e à herança stalinista – estamos mais perto de reconstruí-lo.

É preciso enfrentar a ofensiva burguesa. Quem fizer a crítica ao espírito do tempo verá que a eternização anunciada do capitalismo e a louvação da democracia burguesa são traços de uma ideologia conservadora. Arma para desmoralizar a luta dos trabalhadores e isolar o ideal socialista. "A História chegou ao fim; resignem-se", dizem os porta-vozes do capital financeiro internacional travestidos de filósofos. Os poderosos olham os oprimidos com a euforia dos vencedores e o desprezo dos proprietários. Só admitem o definitivo. Porém, para os trabalhadores, os deserdados, os condenados, os inconformados, a História mal começou.

De fato, o capitalismo vive a enésima de suas crises. Recessão mundial. Os blocos imperialistas disputam o espólio da Guerra Fria. O massacre no Golfo Perso-arábico dominado por os e III. A história humana realmente acabado só poderia ter sido como apocalipse. Eis o planeta que o capital nos deixou: ultra-nacionalismo, fanatismo religioso, racismo, irracionalismo na cultura e na política. O mundo pós-moderno.

É deste ambiente que nos chega o neo-liberalismo. Ideologia hegemônica no campo dominante, procura se converter em projeto consistente e unificar a burguesia na busca de uma saída da crise. Mas o Governo Collor desmoralizou-se mais rapidamente do que muitos imaginavam. Surgem agora as tentativas de salvar a governabilidade com entendimentos e pactos. Interessaria aos trabalhadores dar as mãos a uma política anti-popular? Não. Interessa-nos derrotá-la.

Não faltará quem observe que o PT precisa sair da infância. Já saiu. Passou a época de ficar apenas marcando posição. Transformamo-nos, depois de 88 e da campanha presidencial, em alternativa de governo. Não nos tornamos um partido senil, da ordem, razão pela qual julgamos fundamental que a política socialista mantenha sua dimensão crítica. Faremos política afirmativa, mas descortinando uma alternativa global para a luta deste povo tão sofrido contra a exploração, a opressão, a dependência e a miséria, cujos nomes são: imperialismo, Estado burguês, capital oligopolista e latifúndio. Quem não compreender esse detalhe estará deixando escapar o essencial.

### II

Para o Partido, já não basta o método de elaborar concepções e políticas de modo empírico a partir de resoluções pontuais. Não podemos marcar passo e muito menos voltar ao passado como se hipnotizados pelas pegadas

que deixamos. Impossível. O desenvolvimento de uma alternativa revolucionária em oposição ao liberal-reformismo não pode estar baseado na afirmação de dogmas ou na negação da realidade, no obrucirismo ou no economicismo.

Mas não se trata de começar tudo de novo. O refundacionismo e o socialismo liberal, que imprimiram à defesa do reformismo um caráter de cruzada, cultivam a pretensão de jogar no lixo elementos revolucionários de nossa trajetória. A pretexto de não voltar ao passado pelas pegadas que deixamos e de pensar em termos de século XXI, apontam-nos o caminho que recusamos com razão quando ousamos construir um partido independente.

O novo, o verdadeiramente inovador é partir do acúmulo revolucionário da política partidária, desenvolvê-lo criativamente e responder às demandas da luta de classes na contemporaneidade. Trata-se de, aprofundando a dimensão negativa da política petista – como de oposição extrema ao capital, seu Estado e seu governo – apresentar também alternativas positivas.

Ao contrário de dissolver a política nos imperativos morais, é preciso considerar o Brasil real vivo, onde os trabalhadores são massacrados pela repressão como em Volta Redonda e superexplorados como em qualquer fábrica. Onde o indivíduo, para ser pessoa, é obrigado a vender sua força de trabalho e amargar a escravidão assalariada. Onde os trabalhadores do campo tombam na tocaia de cada dia. Onde a dominação imperialista é reforçada tanto no progresso quanto na crise. Onde a cidadania é inconclusa e a própria democracia burguesa é tutelada.

É nessa terra que o dilematismo político adquire caráter de irresponsabilidade, para dizer o menos. Que o Partido, para inovar e avançar, precisa aprofundar sua ligação com os interesses e aspirações dos trabalhadores e do povo, capacitar-se para construir a contra-hegemonia socialista e se preparar para enfrentamentos radicais.

### III

Não se pode alimentar a expectativa de que este Congresso resolva tudo. Entretanto são necessários alguns passos decisivos. De um modo geral o PT deve se afirmar como partido dirigente das lutas de massas, consolidar-se como opção de governo e se construir como alternativa de poder.

Tais atributos exigem algo mais do que uma consciência de classe elementar e sensível. As disputas ideológicas se tornaram muito complexas. Apenas poderão ser enfrentadas a partir da crítica científica e moral à sociedade capitalista, reafirmando sua essência – exploradora, opressora, alienante – e captando as formas contemporâneas da dominação burguesa.

Quando os ideólogos do capital afirmam que vivemos em um mundo pós-ideologias e nos conformamos confor-

mesmo, a reconstrução do movimento socialista exige que os trabalhadores voltem a sonhar com um mundo novo onde os indivíduos se reconheçam como socialmente iguais na sua liberdade, sua diversidade e seu processo de humanização. Este é um propósito para a emancipação e libertação do conjunto da sociedade capaz de oferecer um sentido eticamente superior à moralidade comportamental dos socialistas.

Não estamos falando de uma quimera, uma fuga da realidade perversa, uma simples catarse. Referimo-nos a um projeto histórico-social capaz de se consubstanciar em legalidades concretas. O Partido precisa elaborar o seu programa socialista, a mediação petista para a transição revolucionária nas condições do país. Ali devem estar presentes a desconstituição do atual Estado e a organização dos trabalhadores em poder político - em classe dirigente - o ataque aos centros econômicos do poder burguês-latifundiário, o fim da dependência nacional, a construção da democracia socialista, dentre outras tarefas-chaves. Uma concepção de socialismo intrinsecamente revolucionária, democrática, humanista e moderna.

Para nós a política só tem sentido na busca do socialismo. Abandonar o pensamento estratégico, como dita a moda, equivaleria a destruir a dimensão revolucionária da elaboração partidária e por extensão do próprio Partido como ator de uma alternativa de poder. Eis porque nós petistas devemos aprender a usar e combinar armas como disputa de hegemonia e enfrentamento, movimentos extraparlamentares e lutas institucionais, reforma e revolução, acúmulo de forças e ruptura, bloco histórico e política de alianças, terreno nacional e internacionalismo proletário, e assim por diante. O Partido já reúne um herança política muito importante, mas ainda insuficiente quando se pensa na conquista da revolução social.

A dimensão orgânica da estratégia, especialmente a reestruturação partidária, é uma tarefa central do Congresso. Os nossos dilemas políticos se concentram e adquirem radicalidade nos debates sobre organização. Encontra-se vinculada à teoria da revolução socialista no Brasil uma concepção de partido socialista, revolucionário

e de massas, com pluralidade ideológica e ampla democracia interna. É preciso avançar na capacidade e na unidade de ação política do Partido, na valorização de seu papel dirigente, no fortalecimento de suas instâncias e sobretudo - como condição da organicidade militante e da democracia interna - retomar a nucleação como centro atual de sua construção.

No âmbito da tática o Partido precisa de uma plataforma política geral capaz de cumprir um duplo objetivo. De um lado, unificar as lutas populares por exigências imediatas e parciais, dando às reformas sociais um sentido anti-governamental, popular e anti-capitalista. De outro, referenciar uma alternativa global, de conteúdo democrático e popular, a ser construída nas lutas de massas, nos embates parlamentares e nas disputas para o governo. Eis o terreno que permite a construção prática da contra-hegemonia socialista e o acúmulo de forças para ultrapassar a ordem do capital.

#### Companheiras, companheiros,

A esquerda brasileira sistematicamente cometeu o erro de importar modelos. Não elaborou sobre as experiências internacionais, não usou do rigor necessário aos que pretendem mudar o mundo. Agora, no âmbito do nosso partido, busca-se imitar o modismo europeu de trânsito à social-democracia, repetindo-se não só a prática acrítica do passado, mas também cumprindo o papel irresponsável de fazer coro com os ideólogos burgueses quando identificam o fim das tiranias burocráticas do Leste com a derrota do socialismo.

Conhecemos as dificuldades que o socialismo liberal encontrará para domesticar a militância petista, fazer *tábula rasa* da herança partidária e unificar pela direita a maioria dirigente. Todavia, não temos o direito à negligência. Neste Congresso o futuro revolucionário do PT exige um esforço de elaboração crítica e determinação na construção do Partido seguindo os passos da sua herança socialista - comprometida com a resistência dos trabalhadores, anti-capitalista e libertária.